

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p735-749



CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES ANTES E DEPOIS DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO NO BRASIL

TRUST IN INSTITUTIONS BEFORE AND AFTER
BOLSONARO'S ELECTION IN BRAZIL

CONFIANZA EN LAS INSTITUCIONES ANTES Y DESPUÉS
DE LA ELECCIÓN DE BOLSONARO EN BRASIL

Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal¹

Kaline da Silva Lima²

Cícero Roberto Pereira³

Leoncio Camino⁴

RESUMO

A confiança institucional é um pilar fundamental para a legitimidade e estabilidade de um regime democrático. No entanto, é importante monitorar as variações dessa confiança, especialmente em momentos de conjunturas políticas críticas, que podem gerar consequências significativas. A compreensão desse fenômeno é essencial para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento institucional e para a manutenção de um ambiente democrático saudável e estável. O presente artigo abordou essa questão identificando as variações na confiança institucional entre 2018 e 2019, momento crucial na história recente do Brasil, marcado pela ascensão ao poder de um presidente extremamente conservador e com discursos antidemocráticos. Participaram da pesquisa 381 universitários de Direito e Psicologia, que responderam a um questionário sobre confiança institucional durante esses anos. Os resultados revelaram um baixo nível de confiança, especialmente nas instituições democráticas. Além disso, observou-se um aumento na confiança em instituições coercitivas durante o novo governo. Discute-se as limitações e alcances desses resultados no contexto de uma crise institucional e da potencial ameaça à jovem democracia brasileira, que possui um histórico de rupturas institucionais.

PALAVRAS-CHAVE

Confiança. Instituições. Democracia. Coerção. Bolsonaro.

ABSTRACT

Institutional trust is a fundamental pillar for the legitimacy and stability of a democratic regime. However, it is important to monitor variations in this confidence, especially during critical political conjunctures, which can yield significant consequences. Understanding this phenomenon is essential for developing strategies to strengthen institutions and maintain a healthy, stable democratic environment. This article addressed this issue by identifying variations in institutional trust between 2018 and 2019, a crucial moment in Brazil's recent history, marked by the rise to power of a highly conservative president with anti-democratic speeches. 381 Psychology and Law undergraduate students participated in a questionnaire on institutional trust during this timeframe. The results revealed a low level of trust, especially in democratic institutions. Moreover, there was an increase in trust in coercive institutions under the new government. We discuss the limitations and scope of these results within the context of an institutional crisis and the potential threat to the fledgling Brazilian democracy, which has experienced historical instances of institutional ruptures.

KEYWORDS

Trust; institutions; Democracy; coercion, Bolsonaro

RESUMEN

La confianza institucional es un pilar fundamental para la legitimidad y estabilidad de un régimen democrático. Sin embargo, es importante monitorear las variaciones en esta confianza, especialmente en tiempos de coyunturas políticas críticas, lo cual puede tener consecuencias significativas. Comprender este fenómeno es esencial para desarrollar estrategias de fortalecimiento institucional y mantener un ambiente democrático sano y estable. Este artículo abordó este tema identificando variaciones en la confianza institucional entre 2018 y 2019, un momento crucial en la historia reciente de Brasil, marcado por el ascenso al poder de un presidente extremadamente conservador y con discursos antidemocráticos. Participaron 381 estudiantes universitarios de Derecho y Psicología, que respondieron un cuestionario sobre confianza institucional durante estos años. Los resultados revelaron un bajo nivel de confianza, especialmente en las instituciones democráticas. Además, se observó un aumento en la confianza en las instituciones coercitivas durante el nuevo gobierno. Se discute las limitaciones y alcance de estos resultados en el contexto de una crisis institucional y la potencial amenaza para la joven democracia brasileña, que tiene una historia de rupturas institucionales.

PALABRAS LLAVE

Confianza; Instituciones; Democracia; Coerción; Bolsonaro

1 INTRODUÇÃO

A confiança nas instituições sociais e políticas de um país têm sido considerada como uma espécie de termômetro para a legitimidade do sistema sócio-político-econômico que sustenta o funcionamento da sociedade (Ferrari, 2016; Miller; Listhaug, 1999). Por isto, níveis baixos de confiança nas instituições, especialmente nas democráticas, podem indicar um problema para a estabilidade política do regime. Este tem sido o caso do Brasil.

O Brasil é um país com baixos índices de confiança institucional, o que tem persistido ao longo do tempo (Russo; Azzi; Faveri, 2018). Apesar do baixo nível geral, a população não desconfia no mesmo grau em relação a todos os tipos de instituições. Por exemplo, o instituto Datafolha (Datafolha, 2019) verificou que 42% dos brasileiros confia muito nas Forças Armadas, 28% na Presidência da República, 24% no Poder Judiciário, 22% nas grandes empresas, 21%, na imprensa, 7% no Congresso Nacional e 4% nos partidos políticos.

Lidos em conjunto, o que esses dados evidenciam é que há uma tendência nos brasileiros para confiarem mais nas Forças Armadas e policiais, ao mesmo tempo em que desconfiam das instituições democráticas. Enquanto este talvez possa não ser um problema para democracias sólidas, em que a chance de degenerarem a formas autoritárias de governo é potencialmente muito menor (Lima *et al.*, 2018), o mesmo não pode ser dito de países com democracias novas e com histórico de rupturas do processo democrático, como o Brasil. Com a desconfiança, é possível que cresça o reconhecimento de alternativas à democracia como possível solução para crises políticas e problemas sociais.

É importante ressaltar que tanto a confiança muito baixa como a confiança excessiva nas instituições podem ser prejudiciais para o funcionamento da sociedade e levarem a consequências adversas (Cichocka *et al.*, 2018) confidence in the system should be negatively related to political engagement, insofar as it entails reduced desire for social change; on the other hand, system confidence should also be positively related to political engagement to the extent that it carries an assumption that the system is responsive to citizens' political efforts. Because of the combination of these 2 opposing forces, the motivation for political engagement should be highest at intermediate levels of system confidence. Five studies revealed a negative quadratic relationship between system confidence and normative political engagement. In 2 representative surveys, Polish participants with moderate levels of system confidence were more likely to vote in political elections (Study 1. Por exemplo, uma instituição muito confiada ganha legitimidade (Levi; Stoker, 2000) e um efeito fundamental disto é que todas as decisões tomadas por ela passam a ser vistas como também válidas, legítimas e tendo o direito de serem obedecidas (Tyler, 2006), mesmo as mais questionáveis. Isto evidencia a necessidade

de se acompanhar os níveis de confiança e as formas como variam continuamente para se compreender as dinâmicas da sociedade.

A confiança institucional varia a depender tanto de fatores macro quanto microsociais. No campo dos fatores individuais, tem sido verificado que a confiança nas instituições políticas e sociais muda conforme o perfil político-ideológico, econômico e social das pessoas, incluindo indicadores de escolaridade, religiosidade, posicionamento político e rendimentos. Por exemplo, ser politicamente de direita, ter maiores rendimentos e níveis mais altos de escolaridade e de religiosidade tem sido associado a maior confiança nas instituições políticas (Ramos; Brites; Vala, 2016; Ribeiro, 2011).

Já no plano macrosocial, a ineficiência ou indiferença das instituições diante de demandas sociais, o desrespeito aos direitos de cidadania, o funcionamento global da economia, o nível de desigualdade social e o passado democrático do país são considerados fortes preditores da alta confiança, de modo que países mais ricos, menos desiguais e de democracias mais consolidadas geralmente gozam de maior confiança nas instituições públicas por parte de seus cidadãos (Anderson; Singer, 2008; Boda; Medve-Bálint, 2014; Ferrari, 2016; Miller; Listhaug, 1999). Estes podem ser alguns dos fatores por trás da confiança institucional baixa no Brasil.

Outro fator macrosocial que pode interferir na percepção de desempenho e no grau de confiança institucional é a mudança de perfil político na presidência do país. Por exemplo, Bowler e Donovan (2003) verificaram que os eleitores que não elegeram seu candidato na eleição presidencial dos Estados Unidos de 2000 desenvolveram menor confiança na Suprema Corte e no governo federal do país posteriormente ao pleito, enquanto aqueles que votaram no candidato vencedor apresentaram maior confiança nestas instituições.

De fato, segundo Magalhães (2003), a confiança ou desconfiança em relação às instituições políticas é uma atitude passível de alteração em curtos espaços de tempo. Supõe-se que, frente a mudanças de conjunturas mais significativas, a variação na confiança pode ser ainda mais sentida, como de 2018 para 2019 no Brasil. Vindo de um contexto de crises sucessivas, o ano de 2018 resultou em ser um ano de transformação na política de massa, com o triunfo de novos padrões de mobilização à direita (Duque; Smith, 2019). Isto foi decisivo para o resultado das eleições presidenciais de 2018, pois cenários de crises, especialmente envolvendo instituições democráticas, favorecem a emergência de discursos autoritários e a proposição de soluções antidemocráticas. A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência é um exemplo desse fenômeno.

Com um discurso por vezes antissistêmico, antipolítica e anti-instituições democráticas, Bolsonaro teve apoios estratégicos e decisivos para a sua vitória em 2018, principalmente de evangélicos, das classes média e alta, de elites econômico-financeiras e das Forças Armadas e de segurança pública que tinham interesse na adoção de princípios econômicos ortodoxos e de valores sociais mais conservadores, defendidos pelo então candidato (Datafolha, 2018; Duque; Smith, 2019). Este candidato, com sua guinada autoritária em seus discursos, rompeu com muitos padrões estabelecidos nas últimas décadas no país.

Estas possíveis mudanças, decerto, tão logo começariam a produzir impactos nas dinâmicas sociais. Por exemplo, uma das consequências da vitória de um político e sua chegada ao poder é que isto pode fazer com que as pessoas que nele votaram, as ditas “ganhadoras”, passem a considerar as instituições mais responsivas às suas demandas e, conseqüentemente, a confiar mais nelas, ao passo

que as “perdedoras” se tornam menos confiantes neste período (NORRIS, 1999). Assim, tendo vencido as eleições no fim de 2018, uma questão ainda não respondida é compreender se as instituições primadas pelo então presidente, como a Igreja, as Forças Armadas e de segurança e o empresariado, saíram deste ano particularmente mais fortalecidas em algum grau para estudantes dos cursos de Direito e Psicologia, e, conseqüentemente, mais confiadas do que antes.

Responder a esta questão e monitorar como a confiança institucional flutua conforme os momentos políticos é fundamental para melhor compreender a forma como as ações tomadas pelas instituições mais confiadas são recebidas e aceitas pela sociedade no período. Além disso, acompanhar os níveis de confiança pode funcionar como um termômetro para avaliar o grau de poder que certas instituições ganharam no período. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo principal verificar o nível de confiança nas diferentes instituições nos cursos de Direito e Psicologia de uma universidade pública e identificar em que medida houve mudança nesses níveis entre 2018 e 2019, anos que representam dois contextos políticos diferentes em função da mudança de presidência no país e da ascensão de um candidato/presidente ultraconservador.

Além disso, também será verificada e investigada a relação dessa confiança com o perfil social, político e econômico dos participantes. Para tanto, em setembro de 2018 (antes das eleições presidenciais) e setembro de 2019 (já no novo governo), foram feitos dois levantamentos do nível de confiança de universitários dos referidos cursos em relação a diversas instituições políticas e sociais.

2 MÉTODO

Para responder ao problema de pesquisa colocado, usou-se o método correlacional (Pereira; Sindic; Camino, 2023) com procedimento quantitativo. Participaram da pesquisa 381 estudantes universitários de uma universidade pública, sendo 111 em 2018 e 270 em 2019, a partir de uma amostragem por conveniência. Em 2018, a amostra contou com 50 estudantes do curso de Direito (45%) e 61 de Psicologia (55%). Em 2019, foram 117 de Direito (43,3%) e 153 de Psicologia (56,7%). A média de idade da amostra foi de 22,4 anos (DP=6,25) e a maioria era de mulheres (58,8%). Do total, 52,4% se declararam como de esquerda no espectro político. A maioria não tinha religião (35,1%) ou era católica (33%), e possuía até 5 salários-mínimos (60%).

Desenvolveu-se um questionário com uma escala de confiança institucional de quatro pontos (nenhuma, pouca, moderada e muita confiança) com uma lista de 17 instituições brasileiras de interesse para a pesquisa (Tabela 1). Também havia um questionário sociodemográfico com perguntas para a caracterização do perfil social, político e econômico dos participantes, incluindo idade, gênero, curso, religião, orientação político-ideológica e renda familiar.

A coleta de dados ocorreu presencialmente, em contexto de sala de aula, onde cada participante respondeu ao instrumento individualmente. Foram-lhes entregues um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que foram disponibilizadas algumas informações sobre o objetivo da pesquisa, além de garantir o caráter voluntário e anônimo da participação. Foram respeitados todos os preceitos

éticos dispostos na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde acerca das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa vinculado à Universidade Federal da Paraíba em parecer de número 3.628.925. A análise dos dados foi feita por meio do software estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) em sua versão 23. Nele, foram calculadas estatísticas descritivas, análises fatoriais exploratórias, análises de correlação e de covariância.

3 RESULTADOS

Inicialmente, realizou-se uma análise fatorial exploratória para compreender a estrutura subjacente à confiança institucional. A análise fatorial dos eixos principais, com rotação Varimax, indicou um valor de KMO = 0,82 e teste de esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2 (136) = 2381,47; p < 0,001$]. O critério de Kaiser (1960) para a retenção de fatores apontou a existência de quatro fatores na lista, com valores próprios acima de 1 (1,01 a 3,98). Assim, obteve-se uma estrutura tetrafatorial que explicou 61,54% da variância total dos itens.

O primeiro fator da estrutura tetrafatorial reúne as instituições do conjunto a que se denominou de Coerção Social. O segundo fator agrega as instituições que formam o arco das Organizações Civas. O terceiro fator define a Mídia e o quarto organiza as instituições que formam os poderes do Estado. Para analisar a consistência interna dos fatores, foram estimados os coeficientes alfa de Cronbach. Os quatro fatores, Coerção Social (=0,83), Organizações Civas (=0,82), Mídia (=0,75) e Estado (=0,63), apresentaram índices satisfatórios.

Tabela 1 – Análise fatorial exploratória da escala de confiança institucional

Instituições	Fatores			
	1 Coerção Social	2 Org. Civas	3 Mídia	4 Estado
Forças Armadas	0,84			
Polícia Militar	0,83			
Polícia Federal	0,72			
Igrejas	0,70			
Empresariado	0,62			
Grêmios e Movimentos Estudantis		0,80		
Movimentos Populares		0,79		
Sindicatos		0,76		
Associações de Moradores		0,73		

Instituições	Fatores			
	1 Coerção Social	2 Org. Civis	3 Mídia	4 Estado
ONGs de Direitos Humanos		0,56		
Partidos políticos		0,50		
Mídia Televisiva e Rádio			0,86	
Revistas e Jornais			0,79	
Mídia Digital			0,67	
Poder Legislativo				0,74
Poder Executivo				0,70
Poder Judiciário				0,61
Var. explicada (%)	18,90	37,80	51,32	61,54
Alfa de Cronbach	0,83	0,82	0,75	0,63

Fonte: Autores.

Uma vez verificado que a medida avaliava a confiança em quatro grupos institucionais, passou-se para a investigação de nossos objetivos. As estatísticas descritivas revelaram que os participantes apresentaram um baixo nível de confiança nas instituições em geral, tanto antes como depois das eleições. Apesar disso, em termos absolutos, houve um aumento de confiança institucional em todos os grupos depois das eleições. A confiança no Estado passou de 1,82 para 1,97, a confiança na Mídia foi de 1,87 para 2,10, a confiança nas Organizações Civis cresceu de 2,46 para 2,48 e a confiança na Coerção Social aumentou de 2,15 para 2,17.

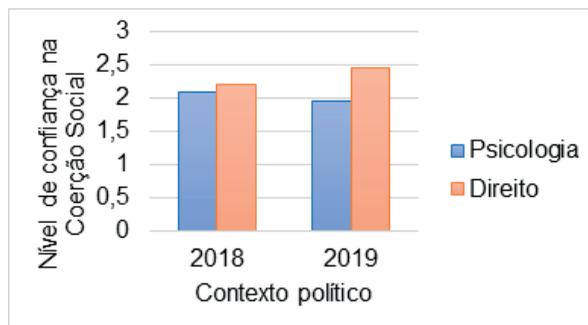
Buscou-se entender a dinâmica por trás destes níveis. A despeito das tendências gerais, a depender da orientação política, gênero, idade, religião, curso e renda do participante, a confiança nestas instituições poderia ser maior ou menor. Por isso, foram realizadas análises de covariância (Ancova Fatorial), tomando o ano da realização da pesquisa (2018 vs. 2019) como fator entre participantes e as outras variáveis como covariáveis. A seguir, apresenta-se as relações entre os fatores, o contexto político (ano) e as variáveis sociodemográficas. Nas análises, buscou-se por interações significativas entre o período da pesquisa e as demais variáveis, mas também por efeitos principais de cada variável sobre a confiança.

3.1 COERÇÃO SOCIAL

As análises revelaram que o grau de confiança na Coerção Social foi afetado pelo período de realização da pesquisa. Isto se deu para um grupo específico. Encontra-se um efeito de interação significativo entre os diferentes períodos das pesquisas e o curso do participante [$F(1,362)=4,68$; $p=0,031$; $\eta^2=0,014$]. Os estudantes de Psicologia tinham mais confiança nas instituições de Coerção antes das eleições ($M=2,09$; $DP=0,58$) do que no governo Bolsonaro ($M=1,96$; $DP=0,70$).

Já os estudantes de Direito passaram a ter mais confiança nestas instituições depois das eleições ($M=2,46$; $DP=0,61$), ou seja, com o presidente Bolsonaro no poder, do que tinham em 2018 ($M=2,21$; $DP=0,60$) (FIGURA 1). Dito de outra forma, os estudantes do curso de Direito passaram a confiar mais nos dispositivos de coerção social no governo Bolsonaro do que confiavam em 2018, mas o contrário ocorreu para os de Psicologia, os quais perderam confiança nestas instituições quando este presidente passou a governar.

Figura 1 – Efeito do contexto político na confiança na Coerção Social



Fonte: Autores.

Comparações múltiplas, contudo, apontaram que essa variação no nível de confiança em relação aos cursos só foi estatisticamente significativa no caso de Direito ($b=0,251$; $EP=0,103$; $p=0,015$). Ou seja, a mudança de contexto político não impactou no grau em que os estudantes de Psicologia confiavam nas instituições coercitivas, mas assim o fez para os estudantes de Direito, que passaram a confiar mais na Coerção em 2019.

Além do impacto da mudança de governo no nível de confiança na coerção social, encontra-se outros efeitos sobre esta variável. Descobriu-se que a confiança neste grupo também foi afetada pela orientação política, pois houve um efeito principal significativo da orientação política do participante sobre o nível de confiança na Coerção Social [$F(2,362)=26,91$; $p<0,001$; $\eta^2=0,138$]. As pessoas de orientação política de direita apresentaram maior confiança na Coerção Social ($M=2,91$; $DP=0,41$) que os centristas ($M=2,38$; $DP=0,62$) e que os esquerdistas ($M=1,86$; $DP=0,56$).

Testes post hoc HSD de Tukey confirmaram que estes grupos realmente se diferenciaram entre si: a esquerda se diferenciou significativamente da direita ($b=-1,0$; $EP=0,09$; $p<0,001$) e do centro ($b=-0,52$; $EP=0,06$; $p<0,001$) na confiança, e o centro também se diferenciou significativamente da direita ($b=-0,53$; $EP=0,09$; $p<0,001$), de maneira que a esquerda e o centro confiaram menos que a direita. Logo, quem era de direita declarou maior confiança nessas instituições do que quem era de esquerda ou centro.

Também foram significativos os efeitos da religião [$F(5,362)=5,18$; $p<0,001$; $\eta^2=0,072$], do curso [$F(1,362)=4,67$; $p=0,031$; $\eta^2=0,014$] e da renda familiar [$F(1,362)=7,32$; $p=0,007$; $\eta^2=0,021$] e foi marginalmente significativo o efeito do gênero [$F(2,362)=2,96$; $p=0,053$; $\eta^2=0,017$]. No que se refere à religião, aqueles de religião evangélica tiveram maior confiança neste fator ($M=2,50$; $DP=0,57$), seguidos

pelos espíritas ($M=2,37$; $DP=0,60$), os de religiões de matriz africana ($M=2,34$; $DP=0,77$), os católicos ($M=2,30$; $DP=0,65$) e os de outras religiões ($M=2,09$; $DP=0,66$). Os que menos tiveram confiança nas instituições da Coerção Social foram os participantes sem religião ($M=1,85$; $DP=0,60$).

Apesar de todas estas variações entre os grupos, testes de Tukey (com $p<0,05$) identificaram que a diferença foi significativa somente entre aqueles que não tinham religião e os demais indivíduos religiosos. Ou seja, ter uma religião está associado a confiar mais nas instituições coercitivas. A renda familiar também se correlacionou positivamente com a confiança na Coerção Social ($r=0,23$; $p<0,001$), indicando que quanto maior era a renda, mais se confiava nas instituições deste grupo. Verifica-se também que os homens relataram confiar mais nestas instituições ($M=2,24$; $DP=0,73$) do que as mulheres ($M=2,11$; $DP=0,62$).

3.2 ORGANIZAÇÕES CIVIS

Apesar de, como referido, ter sido obtido um aumento de confiança em todos os grupos de instituições de 2018 para 2019, nem sempre isso se deu de forma estatisticamente significativa. Este não foi o caso, por exemplo, das Organizações Civis. O contexto político do ano de realização da pesquisa não teve um efeito significativo sobre o nível de confiança nestas instituições [$F(1,354)=2,28$; $p=0,132$; $\eta^2=0,007$]. Isto quer dizer que as pessoas confiaram na mesma medida nesse grupo de instituições em 2018 e 2019, antes do novo governo e durante ele.

Embora a confiança nas organizações da sociedade civil não tenha sido sensível aos diferentes momentos em que as pesquisas foram feitas, ela foi afetada por algumas variáveis individuais de modo importante. A análise de variância revelou um efeito significativo da orientação política [$F(2,354)=18,89$; $p<0,001$; $\eta^2=0,10$], do curso [$F(1,354)=6,39$; $p=0,012$; $\eta^2=0,019$] e do gênero do participante [$F(2,354)=4,72$; $p=0,009$; $\eta^2=0,028$] sobre o grau de confiança nestas instituições.

Esses efeitos revelaram que os esquerdistas confiaram mais nas instituições que compõem as Organizações Civis ($M=2,66$; $DP=0,52$), os centristas em segundo lugar ($M=2,37$; $DP=0,52$) e os direitistas em menor medida ($M=1,97$; $DP=0,52$). Os testes post hoc HSD de Tukey apontaram que a diferença nas médias destes grupos entre si foi significativa, de modo que a esquerda se diferenciou significativamente do centro ($b=0,29$; $EP=0,05$; $p<0,001$) e da direita ($b=0,70$; $EP=0,09$; $p<0,001$), e o centro também se diferenciou da direita ($b=0,40$; $EP=0,09$; $p<0,001$) em seus níveis médios de confiança. Dito de outra forma, a esquerda realmente confiou mais que o centro, que confiou mais que a direita nas Organizações Civis. Ademais, as mulheres confiaram mais nestas instituições ($M=2,61$; $DP=0,50$) do que os homens ($M=2,26$; $DP=0,60$) e os alunos de Psicologia também confiaram mais ($M=2,58$; $DP=0,53$) que os de Direito ($M=2,35$; $DP=0,59$).

3.3 MÍDIA

O fator que foi nomeado de Mídia também não se relacionou significativamente com o contexto político em que foi feita a pesquisa [$F(1,367)=2,83$; $p=0,09$; $\eta^2=0,008$]. Portanto, as pessoas confiaram estatisticamente no mesmo grau nestas instituições em 2018 e em 2019. Entretanto, a confiança das

peças na Mídia foi afetada pela orientação política [$F(2,367)=6,93$; $p=0,001$; $\eta^2=0,039$] e renda familiar [$F(1,367)=11,42$; $p=0,001$; $\eta^2=0,032$]. No que se refere à orientação política, as pessoas de centro confiavam mais na Mídia ($M=2,10$; $DP=0,63$), seguidas pelas pessoas de esquerda ($M=2,08$; $DP=0,54$) e, por último, as de direita ($M=1,74$; $DP=0,46$), que menos nela confiavam.

Testes post hoc de Tukey apontaram que foi a direita quem se diferenciou de maneira significativa da esquerda ($b=-0,34$; $EP=0,09$; $p<0,001$) e do centro ($b=0,36$; $EP=0,10$; $p=0,001$) na confiança na Mídia. Portanto, pessoas de direita confiaram significativamente menos na mídia que as de esquerda ou centro. No que diz respeito à renda familiar mensal, houve uma correlação positiva entre esta variável e a confiança na Mídia ($r=0,15$; $p<0,05$), o que significa que quanto maior era a renda do participante, mais se confiava nas instituições midiáticas.

3.4 ESTADO

O nível de confiança nos três Poderes do Estado também não foi afetado significativamente pelo contexto político [$F(1,367)=0,004$; $p=0,949$; $\eta^2=0,000$]. Logo, as pessoas que participaram da pesquisa confiaram no mesmo grau nestas instituições em 2018 e 2019, antes e depois de Bolsonaro. Houve, por outro lado, um efeito significativo da orientação política [$F(2,367)=3,58$; $p=0,029$; $\eta^2=0,021$]: as pessoas de direita indicaram ter mais confiança ($M=2,15$; $DP=0,52$), as de centro ocuparam uma posição intermediária ($M=2,05$; $DP=0,53$) e as de esquerda tiveram menos confiança ($M=1,78$; $DP=0,52$). Entretanto, testes post hoc HSD de Tukey indicaram que a esquerda se diferenciou significativamente do centro ($b=-0,2615$; $EP=0,059$; $p<0,001$) e da direita ($b=-0,36$; $EP=0,08$; $p<0,001$), pois confiou menos, mas a diferença na confiança no Estado entre centro e direita não foi significativa ($b=-0,1014$; $EP=0,091$; $p=0,507$). Isto significa que pessoas de esquerda confiaram menos no Estado que as de centro ou direita.

4 DISCUSSÃO

A pesquisa aqui apresentada analisou o nível de confiança nas instituições, as variações nestes níveis de confiança decorrentes da mudança de contexto político e as relações entre a confiança em diferentes grupos institucionais e as variáveis sociais, políticas e econômicas de estudantes dos cursos de Direito e Psicologia de uma universidade pública. A síntese dos resultados evidenciou um baixo nível geral de confiança, o que corrobora a tendência encontrada nas pesquisas acerca do tema (Russo; Azzi; Favari, 2018).

Embora seja uma questão certamente multideterminada, fatores como ineficiência ou indiferença das instituições diante de demandas sociais, nível de desigualdade social alto e democracia pouco consolidada predizem maior desconfiança nas instituições (Anderson; Singer, 2008; Boda; Medve-Bálint, 2014; Ferrari, 2016; Miller; Listhaug, 1999), fatores estes em muito consonantes com a realidade brasileira. Assim, o baixo nível de confiança nas instituições em nosso país pode se dever, ao menos em parte, a estes aspectos.

O baixo nível se deu sobretudo para as instituições políticas e do regime democrático, menos confiadas do que, por exemplo, instituições de Coerção Social, o que também corroborou outros levantamentos (Datafolha, 2019). Este resultado é, por si só, importante para alertar para o risco à estabilidade democrática que podem trazer níveis tão baixos de confiança no estado democrático corrente e níveis mais altos de confiança nas forças coercitivas.

Ao construir uma narrativa de que o país está sem rumo e irreversivelmente corrompido, porque não se está, de alguma maneira, a satisfazer os interesses das classes dominantes, estas classes inflamam a confiança em forças autoritárias em geral, na esperança de que possam restabelecer um certo tipo de ordem econômica, social, política e institucional que lhes convenha (Pinto *et al.*, 2019). Os resultados obtidos também entraram em consonância com outros achados na literatura (por exemplo, Ramos; Brites; Vala, 2016; Ribeiro, 2011) ao revelarem um perfil que tende a confiar mais em certas instituições, sobretudo coercitivas e de Estado, como pessoas de direita e religiosas.

O principal objetivo do estudo, contudo, foi também verificar a existência de mudanças na confiança de um ano para o outro, ou seja, o impacto da mudança de governo sobre a confiança em alunos de Direito e Psicologia a universidade pesquisada. De fato, descobriu-se que o decorrer de um ano sob o novo governo já foi capaz de afetar o grau de confiança nas instituições, o que ocorreu para os estudantes do curso de Direito da amostra. Os alunos de Direito passaram a confiar mais nas instituições de coerção do que confiavam em 2018.

Um fato que ajuda a compreender este resultado é que havia mais pessoas autodeclaradas à direita do espectro político no curso de Direito na amostra. Neste sentido, possivelmente, teriam votado mais no então candidato Bolsonaro e, como explica Norris (1999) e como verificado por Bowler e Donovan (2003), os eleitores de um dado político que está no poder tendem a melhorar a relação com as instituições no período de seu governo. Não é à toa, portanto, que tenham melhorado a confiança especificamente em instituições por ele tão primadas e que foram tão importantes para sua vitória.

Compreender este ganho de confiança pelas instituições coercitivas é importante porque uma das consequências do ganho de confiança é o aumento da legitimidade da instituição (Levi; Stoker, 2000). Um efeito fundamental da aquisição de legitimidade é que as decisões tomadas pelas instituições passam a ser vistas como válidas e legítimas (Tyler, 2006). Caso este efeito aqui encontrado tenha ocorrido também na população geral, isto poderia ajudar a explicar, por exemplo, porque medidas como a expansão do acesso a armas e a ampliação massiva da influência de militares (logo, medidas ligadas a instituições de Coerção Social) durante o governo Bolsonaro passaram e foram validadas por grande parte da sociedade.

Embora tenha revelado tendências importantes, esta pesquisa não está isenta de limitações, como ter usado uma amostra de universitários que não é, certamente, representativa da população geral, em função principalmente das orientações políticas (pois a maioria era de esquerda) e do grau de abertura e universalismo. Por isso, é fundamental que sejam feitos estudos para avaliar a confiança institucional no Brasil com amostras maiores que envolvam a população geral, bem como investigar a relação da confiança com os valores sociais, como conservadorismo.

Além disso, embora se tenha levantado dados de dois diferentes anos, não foram os mesmos sujeitos que responderam nos dois anos, o que impede a generalização das conclusões. Por fim, é possível

que mudanças maiores de um ano para o outro não tenham ocorrido porque mesmo o ano de 2018 já vinha na esteira de um processo de radicalização política de natureza conservadora há alguns anos.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa busca contribuir com os demais estudos e ser mais uma peça para a compreensão da conjuntura política dos últimos anos. Buscou-se entender um possível efeito trazido pela mudança política recente e os resultados encontrados sugerem que a chegada de Bolsonaro ao governo tenha ocasionado, como efeito, um aumento da confiança em instituições de coerção social para um certo grupo se comparado ao ano anterior. Isto pode ser um dado importante para ajudar a compreender a dinâmica social e eventos políticos nesta época.

Somado ao baixo nível de confiança nas instituições propriamente democráticas, o ganho de confiança isolado das instituições coercitivas pode ser preocupante quando é colocado dentro do quadro de referência político do Brasil, que possui um histórico de rupturas institucionais e regimes autoritários militares diante de crises políticas, além de o país ser uma democracia muito recente e constantemente ameaçada.

É preocupante que determinadas instituições não funcionem para o quê e como deveriam, de modo que há fundamento para a desconfiança do povo. De fato, muitas das instituições parecem existir para representar apenas os interesses dos grupos de poder e manter o *status quo*. Entretanto, é necessário buscar saídas para uma democratização cada vez mais ampla das instituições que se supõem democráticas, e não meios de enfraquecê-las favorecendo alternativas autoritárias.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. J.; SINGER, M. M. The sensitive left and the impervious right. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4-5, p. 564-599, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414007313113>

BODA, Z.; MEDVE-BÁLINT, G. Does institutional trust in east Central Europe differ from Western Europe? **European Quarterly of Political Attitudes and Mentalities**, v. 3, n. 2, p. 1-17, 2014.

BOWLER, S.; DONOVAN, T. **The effects of winning and losing on attitudes about political institutions and democracy in the United States**. Chicago, 2003.

CICHOCKA, A.; GÓRSKA, P.; JOST, J. T.; SUTTON, R. M.; BILEWICZ, M. What inverted u can do for your country: A curvilinear relationship between confidence in the social system and political engagement. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 115, n. 5, p. 883-902, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1037/pspp0000168>.

DATAFOLHA. **Intenção de voto para presidente da República – 2º turno - 25/10**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

DATAFOLHA. **Grau de confiança nas instituições**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0f1c6f228717d59ce49dfci.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

DUQUE, D.; SMITH, A. E. The establishment upside down: A year of Change in Brazil. **Revista de Ciencia Política**, v. 39, n. 2, p. 165-189, 2019. Acesso em: 8 nov. 2023.

FERRARI, M. Z. Trust in Legal Institutions: an Empirical Approach from a Social Capital Perspective. **Oñati socio-legal series**, v. 6, n. 5, p. 1141-1170, 2016.

KAISER, H. F. The Application of Electronic Computers to Factor Analysis. **Educational and Psychological Measurement**, v. 20, n. 1, p. 141-151, 1960. DOI: <https://doi.org/10.1177/001316446002000116>

LEVI, M.; STOKER, L. POLITICAL TRUST AND TRUSTWORTHINESS. **Annual Review of Political Science**, v. 3, p. 475-507, 2000.

LIMA, M. E. O.; DA SILVA, P.; CARVALHO, N. C.; MONTEIRO FARIAS, L. C. Identidade nacional e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil. **Psicologia e Saber Social**, v. 6, n. 2, p. 205-222, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33557>

MAGALHÃES, P. C. A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política. **Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 443-465, 2003.

MILLER, A.; LISTHAUG, O. Political performance and institutional trust. *In*: NORRIS, P. (org.). **Critical citizens: Global support for democratic government**. New York: Oxford University Press, 1999. p. 204-216.

NORRIS, P. The growth of critical citizens? *In*: NORRIS, P. (org.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999. 320 p.

PEREIRA, C. R.; SINDIC, D.; CAMINO, L. Pesquisa em Psicologia Social. *In*: TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O.; TECHIO, E. M.; CAMINO, L. (org.). **Psicologia social: temas e teorias**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2023.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 107-147, 2019.

RAMOS, A.; BRITES, R.; VALA, J. Confiança nas instituições políticas em países europeus: O papel dos valores, da experiência democrática e da perceção de eficácia do sistema político numa perspetiva multinível. *In*: MACHADO, F. L.; ALMEIDA, A. N. de; COSTA, A. F. da (org.). **Sociologia e Sociedade: Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida**. Lisboa: Mundos Sociais, 2016. p. 345-367.

RIBEIRO, E. A. Confiança Política na América Latina: Evolução Recente e Determinantes Individuais. **Revista de Sociologia Política**, v. 19, n. 39, p. 167-182, 2011.

RUSSO, G.; AZZI, R. G.; FAVERI, C. Confiança nas instituições políticas : diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 365-404, 2018.

TYLER, T. R. Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation. **Annual Review of Psychology**, v. 57, n. 1, p. 375-400, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190038>

Recebido em: 3 de Setembro de 2023

Avaliado em: 30 de Outubro de 2023

Aceito em: 7 de Novembro de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Graduada em Psicologia e em Direito pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora do Centro Universitário – UNIESP. E-mail: tatianacaleal@gmail.com.

2 Doutora em Psicologia Social, Mestre em Modelos de Decisão em Saúde e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: kaline.s.lima@hotmail.com.

3 Doutor em Psicologia Social Experimental pela Universidade Instituto de Lisboa – ISCTE-IUL; Mestre em Psicologia Social e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Pesquisador do Instituto de Ciências Sociais – ICS-UL; Professor da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: crp@labesp.org.

4 Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Louvain – UCLouvain; Graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Louvain – UCLouvain; Professor da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: leocamino@uol.com.br

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

